

Alerta Legislação nº 37, de 12 a 17 set. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/09/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 745, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016</u> Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.
15/09/2016	<u>LEI Nº 13.337, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 10.560.436,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 13.336, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 28.069.799,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 13.335, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 , para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.
14/09/2016 Ed. extra	<u>LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 , e dá outras providências.
13/09/2016	<u>LEI Nº 13.333, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 . <u>DECRETO Nº 8.849, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010 , que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. <u>DECRETO Nº- 8.848, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007 , que aprova a

	Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2016</u> Autoriza o Município de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
Presidência da República (PR)	<u>CONSELHO DO PROGRAMA DE PAECERIAS DE INVESTIMENTOS</u> <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016(*)</u> Altera a Resolução nº 11, de 18 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização, para aprovar a continuidade do processo de desestatização da Celg Distribuição S.A. e para estabelecer as condições e o preço mínimo de alienação das ações representativas do seu controle acionário. (*) RETIFICAÇÃO <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016(*)</u> Estabelece diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI. (*) RETIFICAÇÃO <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Aprova a concessão como modalidade operacional para exploração dos aeroportos internacionais a que se refere e define outras condições aplicáveis ao processo de desestatização. <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 SETEMBRO DE 2016</u> Propõe a retomada do processo de desestatização do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex e da Caixa Instantânea S.A., e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução no 11, de 18 de novembro de 2015, do Conselho Nacional de Desestatização, para aprovar a continuidade do processo de desestatização da Celg Distribuição S.A. e para estabelecer as condições e o preço mínimo de alienação das ações representativas do seu controle acionário. <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 SETEMBRO DE 2016</u> Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais de infraestrutura em execução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 SETEMBRO DE 2016</u> Opina pela qualificação de empreendimentos públicos estaduais de saneamento por meio de contratos de parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais de transportes para a execução por meio de contratos de parcerias com o setor privado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de contratação de empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 52/MD, DE 26 DE AGOSTO DE 2016</u> Aprovar a Diretriz para a Operação Eleições 2016
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.072, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016</u> Cria Escritórios de Representação do Ministério da Educação nas cidades de São Paulo/SP e Recife/PE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 440, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de validade dos Documentos de Regularidade de Inscrição (DRI) e dos Documentos de Regularidade de Matrícula (DRM), destinados à contratação de financiamento e ao aditamento de contrato de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). → Conselho Deliberativo (CD) <u>EDITAL Nº 85, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> PROCESSO SELETIVO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS DOS CURSOS PRESENCIAIS DE LÍNGUAS ITALIANA E JAPONESA OFERTADOS PELOS NÚCLEOS DE LÍNGUAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS - OFERTA 1-2016 <u>EDITAL Nº 84, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> PROCESSO SELETIVO PARA OCUPAÇÃO DAS VAGAS DOS CURSOS ON-LINE DE LÍNGUA ALEMÃ OFERTADOS PELAS UNIVERSIDADES

	CREDENCIADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS – ALEMÃO - OFERTA 1-2016
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.811, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o mercado de câmbio, para dispor sobre a classificação de operações de organismos internacionais. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 1.384, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016(*)</u> Disciplina a disponibilização, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de dados não protegidos por sigilo fiscal a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. <i>(*) Republicada por ter saído no DOU de 12/09/2016, seção 1, pág. 21, com incorreção do original.</i> <u>PORTARIA Nº 1.384, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016(*)</u> Disciplina a disponibilização, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de dados não protegidos por sigilo fiscal a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. <i>(*) Republicada por ter saído no DOU de 12/09/2016, seção 1, pág. 21, com incorreção do original.</i> <u>PORTARIA Nº 1.384, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Disciplina a disponibilização, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de dados não protegidos por sigilo fiscal a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. → Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Coordenação-Geral de Administração Aduaneira) <u>PORTARIA Nº 63, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a prestação de informações no Siscomex Remessa pelas empresas de transporte expresso internacional e sobre o cadastramento de operador de remessa expressa no Sistema Cadastro Aduaneiro. → Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> Divulga códigos de receita a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente.
Ministério da Justiça e Cidadania (MJC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 839, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Institui o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.658, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Homologa a contratualização/recontratualização dos Municípios ao

	terceiro ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). <u>PORTARIA Nº 1.653, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Habilita o Estado de São Paulo e Municípios a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, CAPS AD III, SRT, Unidade de Acolhimento e Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais. <u>PORTARIA Nº 1.650, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 1.731, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> Institui a Câmara Técnica de Terapias Avançadas (CAT) da Anvisa. → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 112, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a adoção da liberação paramétrica em substituição ao teste de esterilidade.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 464, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016</u> Institui o Comitê Empresarial de Segurança Viária e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016 (*)</u> Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 173, do dia 8-9-2016, Seção 1, Página 50, com incorreções no original. <u>RESOLUÇÃO Nº 615, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, que estabelece os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 733, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece as condições para a aplicação da modalidade tarifária horária branca. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 40, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u>

	(...) Art.1º Aprovar o Regulamento Técnico de Envio de Dados e Informações de Transporte de Gás Natural (Regulamento Técnico), anexo a esta Resolução, o qual estabelece os prazos e procedimentos que deverão ser observados pelo Transportador no envio dos dados e informações referentes à atividade de transporte de gás natural, e dá outras providências. (...)
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (Inmetro) <u>PORTARIA Nº 392, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar a renovação das bolsas outorgadas aos bolsistas lotados no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA indicados na tabela a seguir, pelo período de 12 (doze) meses, a partir do dia 11 de setembro de 2016, cujos relatórios foram avaliados e acolhidos pelo Pronametro nos termos do Regulamento anexo à Portaria Inmetro nº 391, de 25 de julho de 2012. (...) SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>CIRCULAR Nº 57, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) 1. Iniciar revisão do direito <i>antidumping</i> instituído pela Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 10 de agosto de 2011, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (<i>line pipe</i>), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Romênia. (...)
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016</u> Delega competência para celebração de contratos administrativos, ratificação de atos de dispensa de licitação, convênios celebrados com entidades públicas, termos de execução descentralizada, respectivos termos aditivos e dá outras providências.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.956, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o Desafio Quero Ser Economista.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

15/09/2016	<u>DECRETO Nº 62.185, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera dispositivos que especifica do Decreto nº 54.345, de 18 de maio de 2009, que regulamenta o concurso de promoção na carreira de Procurador do Estado <u>DECRETO Nº 62.184, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016</u> Delega competência ao Secretário da Fazenda para os fins que especifica
14/09/2016	<u>LEI Nº 16.308, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> (Projeto de lei nº 1.432/2015, do Deputado Orlando Morando – PSDB) Dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus tratos a animais domésticos na forma que especifica <u>LEI Nº 16.304, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016</u> (Projeto de lei nº 231/2013, da Deputada Rita Passos – PSD) Cria o Programa de Estímulo ao Escotismo nas escolas estaduais
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Atos do Governador	EXTRATO <u>EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO</u> Processo: SE 2629-2014 (CC-69.516-15) - Parecer Jurídico: AJG 658-2015 - Partícipes: o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Objeto: a atuação conjunta dos partícipes com a finalidade de permitir o acesso dos Juízes de Direito com jurisdição na área da Infância e da Juventude ao Portal do Cadastro de Alunos da Rede Estadual de Ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho que integra o instrumento - Recursos: não haverá transferência de recursos financeiros e/ou materiais entre os partícipes - Vigência: O prazo de vigência do termo será de 60 meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período a consenso dos partícipes - Data de assinatura: 25-8-2016.
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 138, DE 15-9-2016</u> Regulamenta, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Jornada de Cidadania e Empregabilidade
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 58, DE 15-9-2016</u> Institui o Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Convênios – GTAC <u>RESOLUÇÃO SAA - 57, DE 13-9-2016</u> Aprova Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Estado de São Paulo - Plano ABC – SP

Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC 112, DE 14-09-2016</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998(*) (*) <i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências</i>
Energia e Mineração (SEM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SSRH/SEEM 001, DE 09-09-2016</u> Institui o Grupo de Trabalho, composto por representantes das Secretarias de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos e de Energia e Mineração, com o objetivo de estabelecer cooperação mútua para planejar, desenvolver e implantar programas de <i>compliance</i> em suas empresas vinculadas, em conformidade com a legislação vigente
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 72, DE 9-9-2016</u> Altera dispositivo da Resolução SMA 53, de 29-07-2008, que dispõe sobre o detalhamento das atribuições da Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, designação dos responsáveis, e dá providências correlatas FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO (FPZSP) <u>PORTARIA FPZSP - 31, DE 8-9-2016</u> (...) Artigo 1º - Ficam atualizadas as "Normas para Acesso do Público ao Zôo Safári", conforme Anexo I. (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-81, DE 15-9-2016</u> Dispõe sobre liberação do ponto de servidores para 15º AUD-HOSP – Congresso Nacional de Auditoria em Saúde e Qualidade da Gestão e da Assistência Hospitalar, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-80, DE 15-9-2016</u> Altera a representação do item 1, do Artigo 1º da Resolução SS 91, de 15-09-2015, "Profissionais de Notória Especialização", na Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão com Organizações Sociais, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS – 79, DE 13-9-2016</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-25, DE 14-9-2016</u> Altera a Resolução GR-14/2016, que dispõe sobre normas para o Processo Seletivo Aberto a Graduados ou Alunos Regularmente Matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES), Processo Seletivo para as Vagas Remanescentes – PVR 2016/2017 e dá outras providências CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) → Câmara de Administração <u>DELIBERAÇÃO CAD-A-01, DE 6-9-2016</u> Cria o Parque Científico e Tecnológico da Unicamp e dispõe sobre seus objetivos, atividades, atribuições e administração
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
17/09/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 724, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir, junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FEPETI e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2016</u> Prioriza o atendimento de pessoas com problemas renais. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 722, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 721, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Vila Dignidade no município de Rio Claro, neste Estado. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 720, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Vila Dignidade no município de Mogi Guaçu, neste Estado. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 719, DE 2016</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a implantar Restaurante Bom Prato na cidade de Mogi Guaçu - SP. DOE, Legislativo, 17/09/2016, p. 7
16/09/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 713, DE 2016</u> Classifica Araraquara como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 16/09/2016, p. 5

15/09/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 710, DE 2016</u> Proíbe o funcionamento de cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional voltados à formação de profissionais da área de saúde na modalidade de ensino à distância (EAD), no âmbito do estado de São Paulo e dá outras providências DOE, Legislativo, 15/09/2016, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 709, DE 2016</u> Autoriza a instituição da Central de Inclusão Social para pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar-lhes o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas DOE, Legislativo, 15/09/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 705, DE 2016</u> Autoriza ao Estado de São Paulo o custeio mensal de 25% das despesas com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU DOE, Legislativo, 15/09/2016, p. 8 TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 26/2016 Questionário – Conselhos Municipais de Saúde O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, COMUNICA às prefeituras municipais que se encontra disponível o Módulo “Questionários” no Portal de Sistemas deste Tribunal. Os gestores responsáveis, na Prefeitura, pelo gerenciamento do perfil de acesso ao Portal de Sistemas deverão efetuar o cadastramento de todos os membros e servidores que integram o Conselho Municipal de Saúde para fins de acesso ao Módulo “Questionários”. Essa pesquisa tem por objetivo avaliar o nível de percepção social dos Conselhos Municipais em relação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e contribuirá para a promoção da transparência e a interação com a sociedade e jurisdicionados, conforme declarado no Mapa Estratégico do TCE/SP: 2016-2020. Os responsáveis cadastrados pelo gestor deverão responder o questionário até a data de 14 de outubro de 2016. Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelo e-mail nucleo-get@tce.sp.gov.br ou, dentro do próprio Sistema, no link https://www4.tce.sp.gov.br/questionario-conselhos Publique-se. GP, 14 de setembro de 2016. DIMAS EDUARDO RAMALHO PRESIDENTE DOE, Legislativo, 15/09/2016, p. 20
14/09/2016	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 1.432, DE 2015</u> MENSAGEM A-nº 86/2016, DO Sr. Governador do Estado (...)

	De origem parlamentar, o projeto proíbe pessoas que maltrataram animais domésticos de manterem a guarda do animal agredido, e de obterem a guarda de outros animais, pelo prazo de cinco anos (artigo 1º, "caput" e parágrafo único). (...) DOE, Legislativo, 14/09/2016, p. 10 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 702, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instalar um Posto de Atendimento do Programa Acesso São Paulo, no Município de Pitangueiras, Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 14/09/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 701, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 14/09/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 700, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 14/09/2016, p. 10
13/09/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 697, DE 2016</u> Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas da rede estadual e privadas do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 13/09/2016, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
17/09/2016	<u>DECRETO Nº 57.321, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 54.799, de 29 de janeiro de 2014, que conferiu nova regulamentação à Lei nº 11.247, de 1º de outubro de 1992, que criou o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD. <u>DECRETO Nº 57.320, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015, que institui o Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende no Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 57.319, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o fornecimento, nas hipóteses que especifica, de dados e informações protegidos pelo sigilo fiscal de que trata o artigo 198 do Código Tributário Nacional.

16/09/2016

DECRETO Nº 57.315, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Confere nova redação a inciso I do artigo 2º do [Decreto nº 55.832, de 9 de janeiro de 2015](#), que estabelece a obrigatoriedade de ressarcimento ao Erário nas hipóteses que especifica de afastamento de servidores públicos do Poder Executivo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107